

28 NOV 1986

CONGRESSO NACIONAL Política

Parlamentar ficará sem aumento até 87

Por iniciativa da liderança do PMDB, o projeto que aumentava em mais de 100 por cento a remuneração dos futuros deputados e senadores foi ontem à tarde retirado da pauta de votação e, à noite, a Câmara aprovou outro, mantendo os valores atuais.

Ao anunciar o pedido de adiamento da votação, à tarde, o líder peemedebista Pimenta da Veiga disse que entendia ser melhor deixar para a Constituinte a questão da fixação dos valores definitivos — o que suscitou reação contrária de vários deputados.

Alguns que, na véspera, assistiram, em silêncio, a uma dezena de colegas condenarem, veementemente, a proposta de aumento, ontem foram aos microfones para criticar a solução encontrada pelo líder do PMDB.

O líder do PDS, Amaral Netto (RJ), que era favorável à majoração, referindo-se aos que a condenavam ter conhecido, no passado, muita gente que também ficava publicamente contra aumentos para os congressistas, mas confiando no "patriotismo" dos colegas que a aprovariam.

Amaral Netto foi claro.

Para ele, não há nada demais em se aprovar aumento para os parlamentares. "Um parlamentar tem de ter privilégio — disse — porque só assim pode representar quem não tem nenhum".

O líder do PTB, Gastone Righi (SP), também foi veemente e foi o único líder a votar contra a retirada do projeto que estabelecia aumento de mais de 100 por cento. Considerou "um absurdo" a proposta de Pimenta da Veiga, de se deixar o assunto para a Constituinte. Primeiro, segundo ele, "porque isso não é matéria para uma Constituinte", depois porque "a Constituinte só poderá manifestar-se com a promulgação da Constituição".

José Machado (PFL-MG), que na véspera fora o único a defender a necessidade de uma remuneração "condigna" para os parlamentares (ele não concorreu à reeleição), também considerou "uma aberração" deixar a questão para a Constituinte, porque então "ocorrerá uma imoralidade, porque os constituintes estarão fixando remuneração para si próprios". Hoje segundo ele, seria um Congresso fixando para o se-

guinte, pelo menos 60 por cento renovado.

"Momento Inóportuno"

Desde a noite de quarta-feira, na cerimônia de condecoração do presidente da Câmara na Embaixada da França, com a Legião de Honra, o presidente e o líder do PMDB, Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga, tinham decidido sustar a votação do projeto reajustando os subsídios dos parlamentares para a próxima legislatura — 87/90.

O líder Pimenta da Veiga entendeu ser mais conveniente, aprovar a prorrogação dos atuais valores dos subsídios fixos e variáveis, tendo em vista as reações contrárias ao projeto de reajustes, de iniciativa legal da Comissão de Finanças. Ele admitiu que a matéria foi submetida ao debate "em momento inóportuno", coincidindo, inclusive, com notícias de que o Senado pretendia aprovar novo "trem da alegria" e, ainda, com as críticas generalizadas ao novo Plano Cruzado.

Ontem pela manhã, Ulysses Guimarães confirmou ter mantido entendimento com os líderes partidários com o objetivo de sustar o aumento dos subsídios.